

Desafios para a sustentabilidade socioambiental em tempos de pré-sal¹

Julianna Malerba e Marcelo Calazans

Em agosto de 2009, o governo brasileiro anunciou a descoberta de, no mínimo, 10 bilhões de barris de petróleo nas bacias sedimentares que se situam na faixa litorânea da costa brasileira que permitirá ao país aumentar substancialmente as suas reservas atuais, estimadas em 14 bilhões de barris.

Estudos geológicos apontam a existência de reservas na camada pré-sal² dessas bacias da ordem de 80 bilhões de barris, podendo chegar a mais de 200 bilhões. Uma vez confirmadas as projeções, estima-se que a sua extração possa vir a gerar entre US\$5,6 e US\$ 14 trilhões de dólares, que representam, no mínimo, quase quatro vezes mais que o PIB atual do país³.

Amplios setores da sociedade têm demonstrado forte apoio à proposta governamental de investir na exploração das reservas descobertas, orientados pela perspectiva de que a riqueza gerada poderá equacionar a enorme dívida social do país, corrigindo as desigualdades e impulsionando o crescimento econômico do Brasil. Com esse fim, está, nesse momento, em discussão no Congresso Nacional a construção de um marco regulatório específico que garanta controle social e estatal sobre a produção e a renda petrolífera.

Em que se pese a legitimidade de se garantir controle social e público sobre a produção de energia e sobre o uso de sua renda, há sérias **ausências** no debate. Ausências que, ao que parece, não poderão ser equacionadas com a construção de um marco regulatório que garanta transparência e controle público sobre os investimentos e recursos gerados pela exploração do pré-sal, porque remetem a uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento que a opção pelo aumento da exploração de combustíveis fósseis deverá aprofundar.

Senão, vejamos:

1. A primeira delas refere-se ao fato de que frente à urgente necessidade de diminuir o consumo de combustíveis fósseis em função do quadro de crescente aquecimento global, o Brasil, ao assumir a intensificação da exploração do petróleo como estratégia de desenvolvimento, escolhe um caminho inverso àquele que deve pautar as políticas energéticas e de desenvolvimento de nações realmente preocupadas com o futuro do planeta. Num momento em que países industrializados dão claros sinais de mudanças nas suas matrizes de produção de energia e orientam suas pesquisas nesse sentido, o Brasil dirige maciçamente os seus esforços e recursos para uma fonte energética que tende a ser progressivamente marginalizada. Uma postura preocupante para um país que deseja assumir liderança a nível regional e mundial e, cuja economia tem influencia sobre os fluxos de mercadoria, pessoas e bens em escala, sobretudo regional, mas também global.

¹ Uma versão integral deste artigo estará, em breve, disponível nos sites: <http://www.fase.org.br> e <http://www.justicaambiental.org.br>. Agradecemos a Jean Pierre Leroy pelos comentários e contribuições ao texto.

² A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros na costa brasileira entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar. O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal.

³ DIEESE. *Desafios rumo a construção de uma nova legislação para a indústria de petróleo e gás natural no Brasil. Estudos e Pesquisas*, n. 48 – outubro de 2009, p 3-4.

2. Além disso, pouco tem se discutido sobre o que significa, de fato, em termos socioambientais e ecológicos, a aposta brasileira em ampliar sua influência a nível internacional e alavancar seu desenvolvimento através do aprofundamento da exploração de petróleo. Nenhum estudo até agora feito para subsidiar a discussão aponta quais serão os impactos socioambientais e territoriais dessa nova frente de expansão da exploração petrolífera que deverá causar alterações significativas nos locais que servirão de base de apoio para toda a exploração *off-shore* e que receberão os impactos da implementação de redes de gasodutos, oleodutos, estações de separação, novas centrais de produção de energia, das siderúrgicas e demais infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento dessas atividades.

O litoral do sudeste, em particular, já duramente atingido pelo processo histórico de ocupação e com a concentração das atividades econômicas, será ainda mais sacrificado. O recente e trágico acidente em alto mar com a plataforma de petróleo Deepwater Horizon nos Estados Unidos que ocasionou um derrame contínuo de milhares de barris de petróleo por meses no Golfo do México também representa um alerta sobre os riscos da produção de petróleo em profundidades tão elevadas e que demandará investimentos altíssimos⁴.

Embora apresentada como fonte de divisas para investimento em políticas que irão reparar a dívida social do país com os excluídos⁵, as atividades econômicas, assim como os empregos gerados, não compensam forçosamente o afluxo de pessoas, a falta de infraestrutura urbana e podem até mascarar com a euforia do “desenvolvimento” o aumento nos níveis de desigualdade social decorrente das migrações e impactos territoriais e sobre meio ambiente marinho, costeiro, urbano e natural que a exploração do pré-sal pode vir a causar. Uma contradição que é recorrentemente ignorada não apenas no debate sobre o pré-sal, mas nas discussões sobre projetos de desenvolvimento que seguem sendo orientados por uma leitura da realidade que desconsidera os impactos socioambientais e, sobretudo, desiguais das atividades econômicas sobre os grupos mais vulneráveis.

3. Além disso, em que se pese a importância de ampliar o investimento em energias limpas, a utilização da renda petrolífera, como tem sido defendida por alguns setores, como condição para viabilizarmos a diversificação energética e a construção de uma transição para uma sociedade menos dependente de recursos fósseis, significa, no limite, considerar que é possível construir um novo modelo a partir do aprofundamento da mesma estrutura que mantém o atual modelo que se deseja alterar.

Significa acreditar que seja possível ampliarmos o parque industrial e toda a cadeia de produção petrolífera para, então, construirmos com os recursos gerados por essa expansão, um processo de transição rumo a uma economia progressivamente menos dependente dos recursos fósseis. Apesar de demandar um enorme planejamento estatal fundado em um amplo consenso social, não tem sido seriamente discutido, até agora, como seria construído esse processo que deveria estar no centro do debate. Modificar a forma como hoje são repartidos os benefícios provenientes da exploração já em curso de maneira a destinar recursos para construção de um processo de progressiva autonomia da dependência do petróleo faz sentido. Acreditar, entretanto, que essa transição se dará a partir de um processo que tende a aprofundar o modelo

⁴ Com a perfuração de apenas um poço em Tupi, a Petrobras gastará em torno de US\$ 120 milhões, o que representa mais de dez vezes o custo da perfuração de outros poços, como os da Bacia de Campos. Conf. *Transporte a camada de sal: o novo desafio*. Planeta Coppe, 12/12/2007. <http://www.planeta.coppe.ufri.br/artigo.php?artigo=947>

⁵ Lula diz que pré-sal é sinal de Deus e chance de reparar dívida com pobres. Folha on line, 14/08/2008. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u433564.shtml>

petrodependente e a partir de um processo cujos elementos sequer estão em debate, parece pouco factível.

4. Finalmente, é importante apontar que a opção pela exploração do petróleo na camada do pré-sal se inscreve em um processo de estímulo à dinâmica de consumo de massas sobre a qual está atualmente organizada a política econômica brasileira⁶. Um processo que tende a manter um padrão produtivo consumista que precisa ser discutido à luz dos desafios postos pelas crises (financeira, climática, social e ambiental) em curso.

É certo que os níveis de consumo em nosso país são muito desiguais e que se faz necessário a uma parcela considerável da população ter acesso à energia e a determinados bens de consumo e níveis de conforto e saúde que lhes garanta dignidade. Por outro lado, construir um modelo de inclusão social que, no limite, visa universalizar um padrão de consumo europeu e norte-americano, não nos permite discutir a insustentabilidade ambiental e social do atual modelo de desenvolvimento, que se reproduz com base em uma demanda de consumo ilimitada⁷.

A euforia em torno do crescimento econômico que será gerado a partir da exploração de petróleo no pré-sal pode contribuir para dissimular a necessidade urgente de enfrentarmos a contradição e os limites do padrão de produção e consumo atual. Assim como pode adiar a construção de um debate com a sociedade que requalifique os valores que dão sentido a esse padrão de consumo. E que nos permitiria desconstruir a imediata relação entre consumo e bem estar e, assim, resignificar o sentido da universalização de padrões de vida e comportamento, e do próprio conteúdo do que são nossas necessidades.

Garantir controle social e público sobre a produção de energia – e, em especial, o petróleo – é, sem dúvida, importante e fundamental para construir uma transição até um modelo de desenvolvimento de outro tipo para o país. Um desenvolvimento onde seja priorizado o transporte coletivo e estimulado o uso de ciclovias, onde ocorra uma progressiva desconcentração do parque industrial e do mercado de trabalho e onde se promova uma permanente aproximação da produção dos centros consumidores. Um modelo que seja capaz de alterar a política de endividamento do Estado a fim de garantir que os recursos já existentes sejam, de fato, investidos em políticas de saúde, educação, moradia e saneamento e em cadeias produtivas que alimentam esses serviços. E que contribua para a necessária superação da economia do desejo do indivíduo, baseado no consumo excessivo e na produção incessante de mercadorias, até um novo modelo global societário.

Resta, entretanto, saber se o aprofundamento do modelo petrodependente sobre o qual está sendo feita a discussão em torno do controle social e público do planejamento e da produção do pré-sal poderia ajudar a construir tais mudanças. Não é o que apontam os termos em que está posto o debate.

**Julianna Malerba e Marcelo Calazans são integrantes da FASE. Ambos são membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Marcelo participa também da Rede Alerta contra o Deserto e RECOMA, da Articulação Capixaba de Agroecologia e do Grupo de Durban pra Justiça Climática.*

⁶ Uma medida que corresponde a essa política foi tomada em 2008, quando o governo determinou a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicados inicialmente a carros e caminhões, com benefício prorrogado, em seguida, para motos, materiais de construção e eletrodomésticos, como forma de estimular as vendas e amortizar os efeitos da crise global. As vendas no varejo cresceram aceleradamente chegando, em maio de 2009, a um aumento de 30% em relação ao mesmo período no ano anterior. *Sob IPI reduzido, vendas no varejo cresceram 30% em maio*. G1, 25/06/09.

⁷ Exemplo claro do padrão produtivo consumista é a ampliação da frota automobilística nacional que, estimulada pela redução do IPI, aprofunda o caos urbano das grandes metrópoles brasileiras, onde a média de velocidade não ultrapassa os 20 km/hora.